



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 05 / 2024 | SINPEEM | 23 de fevereiro

Balanço do ato de 21 de fevereiro e apontamentos sobre a campanha salarial/2024

Chega de divisionismo! Unificar o conjunto do funcionalismo municipal e os trabalhadores em geral, em defesa dos empregos, salários e direitos!

Lutar por um reajuste que recomponha e supere as perdas inflacionárias, com ganho real. Pela incorporação dos abonos!

Chega de confisco sobre os aposentados! Não ao regime de subsídios! Abaixo a IN 24 e o ensino de tempo integral!

Não condicionar o caminho da luta ao calendário eleitoral da burguesia! A campanha salarial deve se dar no campo da independência de classe, com os métodos de luta próprios da classe operária, ou seja, com a greve, assembleias e manifestações de rua massivas, ocupações etc.

Por que o Sinpeem rompeu com o Fórum de Entidades?

O ato-protesto do dia 21/2 foi chamado pelo Fórum das Entidades do funcionalismo municipal, como a Aprofem, Sindsep e outras. Sinpeem, Sedin e Sinesp romperam com o Fórum no ano passado e formaram uma federação à parte, chamada de Coeduc (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal), para continuar o seu corporativismo. De fato, diante da experiência concreta da mobilização do ano passado, quando a categoria tinha possibilidade de ir além na conquista das reivindicações e foi impedida pelo bloqueio burocrático da direção do Fórum, que impediu a defesa da greve no carro de som (na assembleia de 23 de maio), tornou-se necessário um balanço crítico, para retomar o caminho da luta independente. O problema é que as mesmas direções que romperam com o Fórum, principalmente a do Sinpeem, não estiveram em desacordo com essa questão crucial. Na verdade, está ausente ainda uma explicação pública sobre essa ruptura.

A Corrente Proletária na Educação/POR

sempre defendeu uma política de unidade pela base com os servidores públicos e com os trabalhadores em geral. O problema das últimas manifestações conjuntas do Fórum é que muitas direções apareciam somente com uma representação, isto é, com pouquíssimos diretores, sem a presença das respectivas bases, demonstrando que não havia trabalho de mobilização junto aos trabalhadores de suas categorias. Esse aspecto, além de enfraquecer a mobilização, tornava artificial a própria presença desses diretores no carro de som, tomando parte das decisões sobre o rumo da luta – enquanto isso, a militância aguerrida, que tinha trabalhado para mobilizar os servidores desde a base, não pôde apresentar suas propostas na assembleia decisiva. Pelo princípio da democracia operária, todos devem ter a possibilidade de expor suas formulações e propostas, ficando a cargo da assembleia votar o que considerar mais correto. Porém, é claro que essa expressão no carro de som deve levar em consideração a mobilização real. Não faz sentido a precedência de direções imobilistas no microfone, muito menos a exclusão sumária de quem dispendeu uma enorme energia para convencer politicamente os trabalhadores na base a irem à assembleia e para o combate ao governo, de modo geral.

Mesmo considerando esse problema, contudo, não faz sentido a ruptura abrupta, “por cima” e sem maiores explicações com o Fórum. Quem tinha e têm de decidir sobre o arco de alianças que vamos constituir são os trabalhadores, a partir de suas instâncias decisórias, principalmente a assembleia. Para isso, é preciso trazer à tona os problemas a partir de um balanço franco e aberto, sobre os erros e acertos. O problema é político e deve ser tratado como tal. Uma medida administrativa tomada “por cima” não pode substituir o necessário debate coletivo junto aos trabalhadores, elemento que só contribuiria para politizar e fortalecer os laços classistas com os servidores e demais trabalhadores.

Como foi o ato do dia 21/2?

Foi um ato dirigido pelo Fórum, sem a participação da Coeduc (ou seja, sem o Sinpeem). Contou com representações de vários setores, como, saúde, habitação, funerários etc. Mostrou a resistência à privatização, à precarização e aos baixos salários, principalmente a política de reajuste de 0,001% para o funcionalismo. O objetivo foi o de entregar a pauta de reivindicações: incorporação dos 36% ao piso; reajuste de 16%; retirada do decreto das férias; retirado do confisco de 14% sobre os aposentados, entre outras. O ato aprovou a unidade de todos os setores com paralisação dia 8 de março. Além disso, deliberou uma manifestação conjunta com os trabalhadores estaduais que lutam contra o desemprego dos contratados (Categoria O).

O próximo ato terá pouco tempo de diferença. Esta divisão não foi bem recebida pelos trabalhadores. O que chama a atenção é que todas as entidades usam o mesmo argumento: fazer uma campanha “rápida”, porque o Prefeito tem de resolver essas questões salariais até maio. Como se vê, todos estão sob o guarda-chuva eleitoral imposto pelos governos burgueses. Tudo indica que o setor majoritário (Coeduc) aproveitará a manifestação de 8/3 não para alavancar a mobilização e a greve pelas reivindicações elementares. Ao contrário, esta campanha “rápida” servirá para alavancar a campanha de Boulos/Marta. Aí é que mora o perigo! Não po-

demos submeter o nosso combate às disputas interburguesas. É preciso preservar a independência de classe, buscar a unidade geral do funcionalismo municipal com os trabalhadores da rede estadual, e com o conjunto dos oprimidos. Nossas energias têm de estar inteiramente voltadas à conquista das reivindicações que unificam os explorados, com o método da ação direta das massas. A situação dos contratados (Cat. O) do estado é muito grave e não podemos ficar indiferentes. Muitos de nós acumulamos no estado e vivenciamos os graves problemas em ambas as redes. A atribuição de aulas no estado foi caótica, humilhante, sem transparência alguma, entre outros problemas.

Pesa ainda sobre o conjunto dos trabalhadores uma série de ataques. A conjuntura é de continuidade de duas guerras, na Ucrânia e na Palestina, as quais ameaçam a humanidade com a possibilidade de se espalharem como um rastilho de pólvora, trazendo em suas entranhas a hipótese, hoje muito mais palpável, de um conflito nuclear em larga escala. No Brasil, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin é de continuidade em relação aos governos anteriores no que se refere ao conteúdo das políticas de ataque sobre os explorados. Mantém as contrarreformas trabalhista, previdenciária e da terceirização, além da maldita reforma do ensino médio. Continua intacta a política de privatização, precarização, terceirização, de avanço da excrecência que é o ensino a distância (EaD) e do excludente ensino de tempo integral. Como se vê, trata-se de uma conjuntura sombria para os trabalhadores, com o recrudescimento da crise do capitalismo. Daí o papel que devem assumir as direções sindicais, das entidades estudantis e dos movimentos sociais. A Corrente Proletária defende que as direções têm de convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos de rua massivos, partindo das reivindicações mais sentidas, pelo fim da guerra de dominação na Ucrânia, pelo fim do genocídio em Gaza, em defesa dos empregos e salários, para pôr fim às contrarreformas que destroem direitos históricos, fazendo a ponte entre essas bandeiras e a luta mais ampla, de conteúdo anti-capitalista, em defesa do socialismo. ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

